

# Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES  
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

### Meio Ambiente

**APROVADO** na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Zaqueu Teixeira, ao **Projeto de Lei nº 2851/2014**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Cria o programa estadual de reuso de efluentes das estações de tratamento de esgoto – ETE's, para fins industriais, estabelece incentivo para sua implementação e dá outras providências".

### Responsabilidade Social

**APROVADO** na **Comissão de Saúde** o **parecer** da relatora, deputada Ana Paula Rechuan, ao **Projeto de Lei nº 2058/2016**, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o selo empresa solidário com a vida no estado do Rio de Janeiro", **favorável com emenda**.

### Saúde e Educação

**APROVADO** na **Comissão de Saúde** o **parecer** do relator, deputado Dr. Deodalto, ao **Projeto de Lei nº 2325/2017**, de autoria do deputado Carlos Macedo, que "Inclui o Anexo da consolidação de datas comemorativas do estado do Rio de Janeiro a semana estadual de conscientização do uso do filtro solar e divulgação das doenças causadas pela exposição excessiva aos raios solares e dá outras providências", **favorável com emenda**.

### Indústria Química

**APROVADO** na **Comissão de Saúde** o **parecer favorável** do relator, deputado Dr. Julianelli, ao **Projeto de Lei nº 549/2016**, de autoria do deputado Nelson Gonçalves, que "Fica proibido a venda de tricloroetileno e de antirrespingo de solda, a menores de 18 (dezoito) anos de idade".

### Indústria Farmacêutica

**APROVADO** na **Comissão de Saúde** o **parecer** do relator, deputado Dr. Deoldato, ao **Projeto de Lei nº 2094/2016**, de autoria da deputada Ana Paula Rechuan, que "Autoriza o Poder Executivo a estender o prazo do laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica (LME), no âmbito do estado do Rio de Janeiro", **favorável com emenda**.

### OFICIO CCJ

#### Nº 361 de 25 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3211/2017, de autoria da deputada Márcia Jeovani, encaminhando o PL à Secretaria de Estado de Saúde (SES), para atender a solicitação do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, pelo prazo de 30 dias.

#### Nº 362 de 25 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3260/2017, de autoria do deputado Iranildo Campos, encaminhando o PL à Secretaria de Estado de Saúde (SES), para atender a solicitação do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, pelo prazo de 30 dias.

#### Nº 364 de 25 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3265/2017, de autoria dos deputados Gilberto Palmares, Waldeck Carneiro e Zedan, encaminhando o PL à Secretaria de Estado de Transporte (SETRANS) para atender a solicitação do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, pelo prazo de 30 dias.

#### Nº 365 de 25 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3263/2017, de autoria dos deputados Gilberto Palmares, Waldeck Carneiro e Zedan, encaminhando o PL à Secretaria de Estado de Transporte (SETRANS) para atender a solicitação do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, pelo prazo de 30 dias.

### Nº 389 de 31 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3498/2017, de autoria dos deputados Flávio Bolsonaro, Luiz Martins, Carlos Osório e Paulo Ramos, que “Dispõe sobre a inspeção de gás no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, encaminhando o PL à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) para emitir parecer técnica sobre a viabilidade e a exequibilidade do presente PL, bem como informar quanto à existência ou não de eventuais ferramentas que alcancem o objetivo da proposta, no prazo de 30 dias.

### Nº 390 de 31 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3522/2017, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Estabelece o nível de pressão sonora, interno e externo, a ser observado pelas concessionárias de transportes públicos coletivos estaduais, e dá outras providências”, encaminhando o PL à Secretaria de Estado de Transportes (SETRANS), para emitir parecer técnicos sobre a viabilidade e a exequibilidade do presente PL, bem como informar quanto à existência ou não de eventuais ferramentas que alcancem o objetivo da proposta, no prazo de 30 dias.

### Nº 392 de 31 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3200/2017, de autoria do deputado Nivaldo Mulim, encaminhando o PL à Secretaria de Estado de Saúde (SES), para atender a solicitação do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, pelo prazo de 30 dias.

### Nº 405 de 08 de outubro de 2017

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça baixou em diligência o Projeto de Lei nº 3278/2017, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que “Determina a inserção do profissional nutricionista na assistência pré-natal, nas instituições de saúde públicas ou privadas, no estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona”, encaminhando o PL à Secretaria de Estado de Saúde (SES), para atender a solicitação do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, pelo prazo de 30 dias.

**⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:****Sessão Plenária: 22/11/2017****2ª DISCUSSÃO**

**APROVADO a redação do vencido do Projeto de Lei nº 1139-A/2015**, de autoria do deputado Dionísio Lins, que “Dispõe, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências”. **Vai a autógrafa.**

**Sessão Plenária: 23/11/2017****2ª DISCUSSÃO**

**RETIRADO DE PAUTA o Projeto de Lei nº 2115/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda para exame do consumidor”, a **pedido da autora.**

**1ª DISCUSSÃO**

**APROVADO o Projeto de Lei nº 1393/2016**, de autoria do deputado Tio Carlos, que “Dispõe sobre a distribuição gratuita de repelente nas maternidades públicas do estado”, **com emenda da CCJ<sup>1</sup>. O projeto vai redação do vencido para 2ª discussão.**

**⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:****ATOS DO PODER LEGISLATIVO:****AGORA É LEI:**Publicação no DO-I de 22/11/2017

<sup>1</sup> Emenda modificativa nº 1 – que altera a ementa do projeto que passa a ter a seguinte redação: “autoriza as maternidades publicas do estado do Rio de Janeiro a distribuir gratuitamente repelente para as gestantes”

**Lei nº 7789 de 21 de novembro de 2017**

Oriunda do PL1327-A/15

Autor: Deputado Dr. Deodalto

Institui o estímulo à realização do "exame do cotonete" - exame de cultura de streptococcus B, em todas as gestantes que realizam o pré-natal nos hospitais, maternidades e congêneres públicas e particulares no estado do Rio de Janeiro.

**ATOS DO PODER EXECUTIVO:****Ato do Governador:**

Publicação no DO-I de 22/11/17

**Decreto nº 46.166 de 21 de novembro de 2017**

Homologa a situação de emergência declarada pelo Decreto nº 689, de 27 de outubro de 2017, do Prefeito Municipal de Aperibé.

**Decreto nº 46.167 de 21 de novembro de 2017**

Homologa a situação de emergência declarada pelo Decreto nº 852, de 27 de outubro de 2017, do Prefeito Municipal de São José de Ubá.

**Decreto nº 46.168 de 21 de novembro de 2017**

Altera o item 3 do envelope 2 – Da Habilitação Técnica, da relação de documentos necessários para qualificação como Organização Social de Saúde constante do Anexo do Decreto nº 43.261, de 27 de outubro de 2011.

**Decreto nº 46.170 de 21 de novembro de 2017**

Regulamenta a divulgação dos preços pagos por medicamentos e serviços por parte das organizações sociais e da Secretaria Estadual de Saúde, conforme disposto no artigo 4º da Lei nº 7.571, de 9 de maio de 2017.

Publicação no DO-I de 24/11/17

**Decreto nº 46.173 de 23 de novembro de 2017**

Homologa a situação de emergência declarada pelo Decreto nº 2.294, de 30 de outubro de 2017, do Prefeito Municipal de Santa Maria Madalena.

**Decreto nº 46.174 de 23 de novembro de 2017**

Homologa a situação de emergência declarada pelo Decreto nº 2.768, de 30 de outubro de 2017, do Prefeito Municipal de São José do Vale do Rio Preto.

**Decreto nº 46.175 de 23 de novembro de 2017**

Homologa a situação de emergência declarada pelo Decreto nº 042, de 30 de outubro de 2017, do Prefeito Municipal de Cardoso Moreira.

**Decreto nº 46.176 de 23 de novembro de 2017**

Homologa a situação de emergência declarada pelo Decreto nº 098, de 30 de outubro de 2017, do Prefeito Municipal de São João da Barra.

**Ato do Secretário de Estado:**

Publicação no DO-I de 21/11/17

**Secretaria de Estado da Casa Civil e  
Desenvolvimento Econômico**

*JuntaComercial do Estado do Rio de Janeiro*

**Deliberação Jucerja nº 102 de 16 de novembro de 2017**

Estabelece os procedimentos quanto à exigência legal de capital social mínimo para registro das empresas de serviços terceirizados e de trabalho temporário, conforme previsto na Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974.

Publicação no DO-I de 22/11/17

**Secretaria de Estado do Ambiente**

*Conselho Estadual de Controle Ambiental*

**Deliberação CECA nº 6.134, de 14 de novembro de 2017**

Reconhece a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/12<sup>2</sup> e determina a apresentação de PCA E PRAD.

Publicação no DO-I de 24/11/17

---

<sup>2</sup> Lei 6373/2012 – Dispõe sobre os critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil.

## Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

### Portaria SUT nº 87 de 23 de novembro de 2017

Altera o Manual de Diferimento, ampliação de prazo de recolhimento, suspensão e de incentivos e benefícios de natureza tributária aprovada pelo Decreto nº 27.815/2001.

*Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. **Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: [Isaura@firjan.org.br](mailto:Isaura@firjan.org.br). Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.*